

# TERRA E EDUCAÇÃO: UMA PARCERIA NA BUSCA PELA REFORMA AGRÁRIA<sup>1</sup>

## LAND AND EDUCATION: A PARTNERSHIP IN PURSUIT OF AGRARIAN REFORM

Raimunda Aurea Dias DE Sousa<sup>2</sup>

Luciano Evaldo da Silva Nascimento<sup>3</sup>

### Resumo

O presente artigo parte do princípio de que lutar por reforma agrária não é simplesmente conquistar a terra, é conquistar o direito pela vida. Nesse entendimento, ter acesso a terra impõe o acesso à educação para os trabalhadores que sejam *do* campo e estejam *no* campo. Assim, o objetivo da pesquisa consiste em destacar a educação centrada no modo de vida dos sujeitos do campo, como parte de um programa agrário, mediante a garantia de escolas diferentes do padrão tradicional estabelecido pelo Ministério de Educação. Essa forma de educação baseia-se na especificidade do camponês que, historicamente, tem confrontado com a lógica do capital que se volta para exploração dos trabalhadores da cidade e do campo.

**Palavras chave:** Educação. Campo. Terra. Reforma Agrária. MST.

### Abstract

This paper assumes the fact that fighting for an agrarian reform is not simply a matter of conquering the land, but a fight for the right to live. On this understanding, the access to the land mandates the access to the education of the workers who are *in* the country and *from* the country. Therefore, the purpose of this research is to emphasize education based on the way of living of the subjects in rural areas as part of an agrarian program so that it can guarantee schools, which are different from the traditional pattern established by the Ministry of Education. This kind of education is based on the particularities of the peasant world, which has historically confronted the logic of capital, which is aimed at exploiting workers in rural as well as in urban areas.

**Keywords:** Education. Field. Land. Agrarian Reform. MST (Landless Workers' Movement).

---

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado do trabalho: **Pesquisa, Extensão e Ensino:** reflexões sobre a prática pedagógica nas escolas do MST, produzido na UPE/Petrolina durante os anos de 2014/2015.

<sup>2</sup> Professora Ajunta da UPE/Campus Petrolina, pesquisadora dos grupos de pesquisa - GPECT – Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais - UFS e Grupo de Pesquisa em sociedade e Natureza no Vale do São Francisco - UPE. Professora do Colegiado de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares.

<sup>3</sup> Especialização em Geografia pela Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina.

## INTRODUÇÃO

Analisar a educação enquanto formação escolar, particularmente, tratando-se de educação no campo, e em especial, no MST, não é fácil, porque o modelo estabelecido pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC, mesmo afirmando que se devem respeitar as diversidades, a própria escola não aceita trabalhar com a realidade de acampados e assentados.

O modelo de educação proposto pelos camponeses é analisado, não como algo a ser imposto, mas para ser vivido, tendo como base a realidade dos trabalhadores. Desse modo, a bandeira levantada pelos movimentos sociais do campo indica que o camponês é o sujeito coletivo que deve participar do processo de construção da educação. Logo, ela confronta com a lógica capitalista, a qual é fundamentada na exploração do trabalho pelo capital e sinaliza para o atendimento de um modo de vida que é particular dos camponeses.

A luta por educação levantada pelos movimentos sociais do campo combina com a luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo trabalho, pela cultura, pela soberania alimentar, pelo território. Portanto, é uma luta por autonomia e por liberdade.

A metodologia da pesquisa tem como princípio a garantia da leitura processual da dinâmica dos movimentos internos inscritos na totalidade das relações sociais mundiais, sendo estruturada em torno de quatro eixos de operacionalização: a organização de uma pesquisa bibliográfica a respeito do conteúdo, a construção de um banco de dados envolvendo gráficos, a realização de trabalhos de campo com professoras do Assentamento - Terra da Liberdade<sup>4</sup>, coordenadora do PRONERA UPE/Petrolina, alunos dos componentes curriculares: Educação Popular e Movimentos Sociais (20) e Geografia Agrária (20), ambos da UPE/Petrolina - e, por fim, a apresentação do trabalho para toda comunidade incluindo os sujeitos envolvidos na pesquisa. Para os referidos eixos foram desenvolvidas práticas de campo que se definiram em análise qualitativa/quantitativa por meio da aplicação de questionários e do levantamento estatístico; como também no resgate de experiências de vida e de trabalho a partir de instrumentos qualitativos como entrevistas, depoimentos e consultas de documentos.

---

<sup>4</sup> Localizado no Projeto de Irrigação C1, com cerca de 200 residências, fundado entre 2000 e 2010, localizado a 12 km da cidade de Petrolina-PE.

## CONQUISTAR A TERRA É CONQUISTAR A EDUCAÇÃO

Analisar a educação em todos os contextos, quer seja ela a educação no campo ou na cidade, tem sido algo muito difícil devido às diversas necessidades a qual ela serviu ao longo do seu surgimento, enquanto forma de mudar a sociedade.

A educação é, e sempre foi colocada como algo importante em todo o mundo, como mostra Camini (2009) quando diz que, mundialmente, a educação sempre foi apontada como importante e necessária, porém, na prática, há deficiências graves para, de fato, ser uma educação para todos. Tratando-se do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, temos uma educação diferenciada, voltada para os interesses dos acampados/assentados, porém vemos nas palavras de Caldart (2004) que:

Isto não quer dizer que o MST tenha inventado uma nova pedagogia, mas ao tentar produzir uma educação do jeito do Movimento, os sem-terra acabaram criando um novo jeito de lidar com as matrizes pedagógicas ou com as pedagogias já construídas ao longo da história da humanidade. Em vez de assumir ou se filiar a uma delas, o MST tenta por todas elas em movimento e deixa que a própria situação educativa específica se encarregue de mostrar quais precisam ser mais enfatizadas num momento ou outro (p. 98).

A educação preferida pelo MST foi desenvolvida na contramão do ensino capitalista, como forma de mostrar a realidade vivida pelos sujeitos no campo, que é distante dos modos de ensino propostos pelo Estado, que implanta um ensino superficial totalmente avesso, muitas vezes, à realidade vivenciada por vários estudantes, principalmente no campo.

O modelo de educação vivido pelo MST surge com a necessidade de acompanhar o movimento, como explica Caldart (2004). Ele vai muito além da sala de aula, ou seja, todo o seu processo de formação se dá durante a mobilização política dos trabalhadores e trabalhadoras, o que é viável para a formação do cidadão desde o seu desenvolvimento enquanto criança até a sua formação adulta.

Desde o momento em que os trabalhadores sem-terra do MST começaram a lutar pela terra, perceberam a importância de lutar por uma escola diferente da que se encontra instituída. Oliveira (2010) deixa claro que a luta para resistir à educação capitalista é que, no campo, a educação seja voltada para a realidade dos acampados e assentados. Logo, fica claro que, desde cedo (da gestação do movimento), os sem-terra compreenderam a importância da educação enquanto mobilizadora e solução para mudar o modo de pensar e viver das pessoas envolvidas nessa luta, que, de fato, é viável na sociedade em que vivemos com grandes desigualdades entre as pessoas.

A educação sempre foi uma bandeira de luta do MST por sua extrema importância na compreensão da estrutura capitalista, que é pautada pelos interesses dos grandes empresários que lutam de forma incansável para expulsar os camponeses do campo, apropriando-se de suas terras. Por isso, a educação sempre será um dos caminhos para libertação.

Segundo Oliveira (2010):

Para o MST, é importante que os filhos dos agricultores permaneçam no campo e continuem a luta pelo acesso à terra partilhando as tradições e o projeto social do movimento. Em outras palavras, a luta por uma Reforma Agrária, e por uma sociedade socialista não deve parar jamais, pois somente assim se construirá o homem novo almejado pelo movimento (p. 51).

Diante do exposto, utilizam-se as palavras de Camini (2009) ao retratar que só por meio das perdas de seus bens (propriedades) para o Estado, e a falta do tão sonhado emprego que lhes fora prometido nos centros urbanos, é que as famílias camponesas perceberam o erro ao qual foram levadas, servindo-lhes de exemplo para lutarem por escolas de qualidade, uma vez que só por meio da educação será possível descobrir o que é a máquina chamada Estado.

Existe um grande problema na hora de investir em educação, principalmente em países pobres, prejudicando os menos favorecidos, como relata Camini (2009):

Nos últimos anos, assistimos a uma intervenção do Banco Mundial sobre as políticas de educação, pois ao emprestar dinheiro a quem recorre a seus fundos, de maneira unilateral, define e dita seus critérios de mercado a serem seguidos na educação dos pobres nos países da periferia, segundo os fundamentos do sistema capitalista (p. 85).

De acordo com a análise da autora, evidencia-se que a política do Banco Mundial trata a Educação não como uma necessidade, mas como mercadoria que precisa estar a serviço da expansão do sistema capitalista, para assim extrair o trabalho não pago daqueles que nada têm. Contrariando essa lógica, os acampados e assentados, por meio de suas lutas, procuram dizer não a tal sistema, ocupando as beiras das estradas, os prédios públicos, as ruas nas cidades como forma de serem ouvidos.

Para Dal Ri e Vieitez (2004), no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a práxis pedagógica está em consonância com a experiência político-social e organizativa mais ampla do próprio Movimento, a qual deveria ser exemplo para o modelo de ensino atual que temos na sociedade.

Por meio de diversas ocupações, o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –, cujo objetivo é fortalecer o mundo rural como território de vida em todas

as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas<sup>5</sup>, foi criado em 16 de abril de 1998, como uma das conquistas para alcançar a Reforma Agrária. O mesmo é executado pelo INCRA<sup>6</sup> e MDA<sup>7</sup>, em associação com diferentes esferas do Governo, movimentos sociais e organizações sociais e sindicais. O PRONERA é executado na escolarização e capacitação permanente de famílias assentadas, nos níveis de Educação Básica, Ensino Médio, Ensino Superior e Especialização.

O programa supracitado tem a importância de ampliar o ensino para as famílias das pessoas envolvidas na luta no campo, mais especificamente aqueles que estão nos Movimentos Sociais. Segundo Silva (2001), a partir de 1998, os militantes do MST, em comum acordo, acharam por bem implementar o PRONERA nos assentamentos, logo, vemos a importância dada pelos assentados à educação, visto que a mesma é transformadora.

Conforme Holanda (2000), nas ações educativas do PRONERA, a alfabetização de jovens e adultos e a escolarização do ensino fundamental externam os valores e constroem sua própria identidade em níveis heterogêneos de pensamento e de intervenção no cotidiano, visto que o campo é tido como um local de atraso. Dada a importância dessas ações é que os Movimentos Sociais têm crescido de forma genuína no quesito do conhecimento sistematizado, fazendo dos seus membros pessoas altamente independentes para lutarem por seus direitos.

Ao contrário do que vem sendo apontado a todo momento sobre as pessoas que residem no campo, em especial aqueles que lutam em qualquer que seja o movimento por seus direitos, temos nesses uma organização exemplar, a ser seguida por todos, principalmente no que diz respeito à Educação, pois ela, em diversos assentamentos e acampamentos de movimentos sociais, é voltada para a convivência com a realidade vivida pelos alunos.

Segundo o Manual de Operações do PRONERA (2004):

O PRONERA fundamenta-se na gestão participativa e na descentralização das ações das instituições públicas envolvidas com a educação. Essas instituições criam por meio dos projetos a oportunidade de exercitar e realizar ações com a coparticipação

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa\\_nac\\_educacao\\_reforma\\_agraria.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa_nac_educacao_reforma_agraria.pdf). Acesso em: 19 jun. 2015.

<sup>6</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Tendo como intuito de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

<sup>7</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com o objetivo de Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições de pesquisa, governos estaduais e municipais, em prol do desenvolvimento sustentável no campo, da construção da solidariedade e da justiça social (p. 11).

É notório que desse programa não participa apenas o MST, mas a maioria dos Movimentos Sociais existentes no campo. Assim, percebe-se que o conhecimento passa a ser maior entre os envolvidos nos movimentos, visto que, em alguns momentos, esses diversos movimentos irão reunir-se, ainda que em partes, porém, se tornarão mais fortes ao passarem seus conhecimentos e experiências de luta por meio de uma educação de qualidade.

O programa PRONERA foi operacionalizado de forma estratégica, como mecanismo para melhorar a qualidade de vida de milhares de famílias que sobrevivem no campo e lutam para permanecer no mesmo. Todavia, com uma qualidade de ensino, de modo que não venham mais a ser tratados como analfabetos, mas sim como moradores do espaço rural com nível de leitura e conhecimento igual os moradores do espaço urbano.

Ainda no Manual de Operações do PRONERA (2004), sobre o programa citado, vemos que ele é um dos executores das práticas e de reflexões teóricas da Educação do Campo, uma vez que ele tem, como fundamento, a formação humana como condição primordial, e, como princípio, a possibilidade de todos e todas serem protagonistas da sua história, sendo esse o objetivo do Programa.

Segundo Santos e Pasini (2015):

O PRONERA segue a linha da gestão participativa, o que possibilitou a criação do Manual de Operações do Programa. Questões que envolvem as orientações pedagógicas, sua estrutura operacional, foram desenvolvidas em conjunto pelas universidades e movimentos sociais e sindicais (MST e CONTAG<sup>8</sup>) ligados ao projeto (p. 7).

Nesse sentido, se o programa, de acordo com o manual de operação (2016), segue uma linha de gestão participativa com princípios voltados para: a) democratização de acesso à Educação; b) inclusão; c) participação; d) interação; e) multiplicação; f) participação social, deduz-se que ele foi e é formado constantemente segundo a opinião daqueles que se utilizam de tal saber, como forma de educar aqueles que ainda estão ou estarão dentro do processo de alfabetização e ensino.

Conforme destacado a respeito do objetivo geral do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, convém também destacar alguns dos objetivos específicos, como descrito no Manual de Operações, PRONERA (2016, p. 19):

---

<sup>8</sup> Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

Garantir a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados(as) e/ou assentados(as) nas áreas de Reforma Agrária; b) Garantir a escolaridade e a formação de educadores(as) para atuar na promoção da educação nas áreas de Reforma Agrária; c) Garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores (as) de jovens e adultos – EJA – e do ensino fundamental e médio nas áreas de Reforma Agrária; d) Garantir aos assentados (as) escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e curso superior em diversas áreas do conhecimento; e) Garantir o acesso aos cursos de especialização, residência agrária e pós-graduação stricto sensu/mestrado nas áreas de Reforma Agrária; f) Viabilizar a organização, produção e edição dos materiais didático-pedagógicos necessários à execução do programa; g) Apoiar, promover e realizar encontros, seminários, estudos e pesquisas em âmbito regional, nacional e internacional que fortaleçam a Educação do Campo.

Esses seis objetivos servem como matriz para o PRONERA, que tem como alunos participantes jovens e adultos dos projetos de assentamentos criados pelo INCRA ou por órgãos estaduais de terras, uma vez que haja parceria formal entre o INCRA e esses órgãos.

Para Vieira (2015), com esse programa, a sala de aula passou a ser local privilegiado de reflexão permanente e constante, que tem se destacado na organização das questões do próprio assentamento, no caso específico do MST. Ressalta-se, assim, o quanto é de suma importância a participação ativa dos alunos que residem no campo, como meio de mostrar que o campo está organizado em prol de uma causa justa, a educação.

Vemos ainda, nas palavras de Moraes e Gonçalves (2015), o que elas relatam sobre o programa PRONERA:

Além de levar o conhecimento contextualizado a realidade dos sujeitos que vivem no campo busca também a democratização do direito à terra, pois a partir desse benefício se construirão outros direitos negados, como a educação e o trabalho a essa parcela da população, que vive excluída e introduzida à margem da pobreza no Brasil (p. 3).

Foi, portanto, por meio da luta pelo reconhecimento dos povos do campo e pela efetivação de políticas educacionais que as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo, de 2002, Resolução CNE/CEB 1, DE 3 de abril de 2002, vieram a ser o documento pioneiro no reconhecimento normativo e legal da educação do campo. Nela fica explícito no Art. 2º - Parágrafo Único (p. 1) que:

[...] a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que

associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

É dentro desse pressuposto que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (2016, p. 19) encontra-se em conformidade com seus objetivos quando apoia os seguintes projetos:

Alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e médio; – Capacitação e escolarização de educadores para o ensino fundamental nas áreas de reforma agrária; – Formação inicial e continuada de professores que não possuem formação, sendo nível médio, na modalidade normal, ou em nível superior, por meio das licenciaturas; – Formação de nível médio, concomitante/integrada ou não com ensino profissional; – Curso técnico profissional de nível médio; – Formação de nível superior, pós-graduação lato e *stricto sensu*: residência agrária/especialização, especialização e mestrado de âmbito nacional, estadual e regional em diferentes áreas do conhecimento, voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo.

Essas são as áreas atendidas, e como prova de sua efetivação em uma de suas áreas de atuação, vemos, na entrevista com Passidi<sup>9</sup> (2015), quando fala sobre os cursos de Pedagogia e Normal Médio oferecidos pelo PRONERA no prédio da UPE<sup>10</sup> - Campus Petrolina-PE que:

O PRONERA oferecia cursos de Pedagogia e Normal Médio para os Acampados/Assentados do MST e FETAPE<sup>11</sup>. No período que fui coordenadora, foram formadas duas turmas de Pedagogia e duas de Normal Médio, sendo que cada turma oferecia 60 vagas para discentes de várias localidades, a exemplo de Floresta, Lagoa Grande, Petrolina [...] (Pesquisa de campo, 2015).

É importante destacar a interação tempo-escola e tempo-comunidade, que para o MST (2008) é de suma importância, pois o indivíduo já aprende interagindo com a realidade em que vive.

Com este fim, as disciplinas propostas para o curso, deverão considerar esta distribuição e propor metodologias que permitam cumprir com esta premissa da imbricação entre a experiência do aluno, a formação no curso e a interação com a comunidade (MST, 2008, p. 8).

---

<sup>9</sup> Ana Lucila Macedo de Passidi, Professora do Curso de Pedagogia da UPE – Campus Petrolina-PE, foi coordenadora do PRONERA nos anos 2010-2012.

<sup>10</sup> UPE – Universidade de Pernambuco.

<sup>11</sup> FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. Fundada em 6 de junho de 1962, com a missão de representar, defender, mobilizar e organizar os trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado de Pernambuco, na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável e solidário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade, e para uma sociedade justa. Disponível em: <<http://www.fetape.org.br/institucional.php>>. Acesso em: 22 ago. 2015.



Esse modelo de ensino, em que o aluno participa da realidade de seu grupo ao mesmo tempo em que estuda, é algo oriundo desde o início do movimento MST<sup>12</sup>. Apesar da pressão do Estado para dizer de forma indireta que o campo é o local de atraso, e que os moradores do mesmo têm que ir para a cidade se modernizar, o mesmo permanece na luta por sobrevivência e por uma educação de qualidade.

Observamos, na análise de Firmiano (2009), que as experiências e práticas de formação/educação do MST, fomentadas por meio do PRONERA voltam-se à construção coletiva do conhecimento, combinando as dimensões da formação humana e da consciência crítica.

Assim, a Educação do Campo (fazendo relação aqui com os movimentos sociais do campo), nas palavras de Molina e Jesus (2004), indica um conceito que não se fecha nela mesma, pois a educação incorpora a própria dinâmica dos movimentos sociais do campo e os intelectuais que se dedicam à questão agrária brasileira.

Atualmente, o PRONERA não se encontra voltado apenas para a demanda por alfabetização de jovens e adultos, porém o programa não deixa para trás essa iniciativa, visto ser por meio da educação que as pessoas terão liberdade de se manifestarem como cidadãos sábios, deixando de serem considerados leigos, buscando, assim, soluções e melhoria na sociedade.

Outra grande experiência para o ensino nas áreas de acampamentos e assentamentos é descrita por Anjos (2009), ao tratar sobre a experiência de formação de Professores no PRONERA, no sudeste do Pará:

A formação de professores para áreas de assentamento passou a ser objeto de interesse no contato com esse projeto. Parecia necessário entender por que a formação oferecida pela universidade não era suficiente para produzir uma compreensão dos princípios da educação popular, depois denominada de Educação do Campo, no contato com o material produzido pelo Movimento Articulação Nacional por uma Educação do Campo (p. 17).

Formar educadores para o campo torna-se um grande desafio, uma vez que o modelo de ensino atual na sociedade impõe que somente uma educação voltada para a vivência na cidade é o modelo de sociedade que se deve seguir. Eis um grande desafio que, atualmente,

---

<sup>12</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, também conhecido como Movimento dos sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir da década de [1970], especialmente na região centro-sul, e aos poucos se expandiu pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86> >. Acesso em: 20 jun. 2015.

vem sendo enfrentando dentro dos movimentos sociais no campo, em especial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Com essa perspectiva de ensino voltada para o campo, o PRONERA refere-se à Educação no Campo, mostrando que os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, e diferentes cursos superiores e de especialização. Alerta, ainda, que o Programa também capacita educadores para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

A necessidade de quebrar, por meio da educação, a cerca do analfabetismo foi estampada no Censo da Reforma Agrária do Brasil (1997). Por esse censo, dos 161.556 beneficiários da Reforma Agrária indagados, 46.577 eram analfabetos; 15.600 possuíam alfabetização incompleta; 66.796 possuíam alfabetização completa até a quarta série; 16.490 tinham entre a quinta e a oitava série concluídas; 3.720 tinham o ensino médio; 187 o superior incompleto, e 295 o superior completo. Esses dados fundamentaram as ações dos movimentos sociais, pois era urgente lidar com tamanha desigualdade social. É aí que nasce o PRONERA, com a finalidade de uma mobilização no nível do conhecimento. Para Shanin (2008),

As mudanças não decorrem apenas do uso de armas, de fatores econômicos e disputas políticas, elas se realizam também por meio do constante avanço do conhecimento, porque a verdade tem uma capacidade revolucionária para transformar a sociedade (p. 23)

É de grande relevância o trabalho desenvolvido por meio do PRONERA no campo, contudo, mesmo formando muitos acampados e assentados da Reforma Agrária, ainda falta alcançar toda a escala nacional, para assim, os camponeses se tornarem incluídos na sociedade que historicamente os tem excluído.

## **DA FORMAÇÃO ACADÊMICA À PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ASSENTAMENTO TERRA DA LIBERDADE<sup>13</sup>**

A figura 01, que segue, mostra a escola fonte deste trabalho, a qual funciona em dois horários: turnos matutino e vespertino, tendo como órgão responsável a Secretaria de Educação do Município de Petrolina-PE. Com um total de 167 estudantes atendidos, a escola

---

<sup>13</sup> Localizada no Projeto de Irrigação C1, com cerca de 200 residências, fundado entre 2000 e 2010, no Município de Petrolina-PE.

funciona com Educação Infantil: Pré I e Pré II; Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, segundo informações da gestora M. I. S.

**Figura 01: Escola Terra da Liberdade**



**Fonte:** Pesquisa de campo (2015), figura do Autor.

A Instituição de Ensino, apresentada na imagem, atende alunos do assentamento Terra e Liberdade. Diante dessa realidade, é imprescindível que o professor tenha conhecimento da luta dos assentados, e qual a finalidade de se lutar não só por terra, mas também por uma educação de qualidade, bandeira dos movimentos camponeses. Seguindo esse raciocínio, é que a pesquisa de campo se justifica no assentamento Terra da Liberdade - Petrolina-PE, buscando responder a algumas indagações relacionadas ao funcionamento da escola no assentamento Terra e Liberdade.

Diversos questionamentos foram feitos, entre eles, se os materiais didáticos são adaptados à realidade dos assentados. Os professores disseram que não, porém, são eles que adaptam a realidade vivenciada pelos assentados, para que haja uma maior compreensão por parte dos educandos. Quando perguntados se conheciam o programa voltado para acampados e assentados de Reforma Agrária, e o que achavam, surgiram as seguintes respostas:

- Não conheço todos os programas, mas já li algumas matérias sobre a eficiência desses programas, e acho que são legais na prática (V. B. G. P. Pesquisa de campo, 2015).

- Sim, inclusive acho muito legal, principalmente o PRONERA, pela sua grande importância, que na UPE foi disponibilizado (sic) cursos por esse programa (M. S. N. S. Pesquisa de campo, 2015).

- Não tenho conhecimento, pois comecei trabalhar no assentamento faz pouco tempo (A. C. S. R. Pesquisa de campo, 2015).

É importante ressaltar que as educadoras foram indagadas se os educandos eram incentivados a continuarem no assentamento, e as mesmas responderam que os educandos são estimulados por meio de discussões a respeito da importância do surgimento e do significado do assentamento para os pais dos mesmos, e, futuramente, para eles. No que diz respeito à origem dos professores, do total de seis profissionais, dois são da comunidade e quatro da cidade.

Ao se interrogar a respeito do ensino no assentamento ser a mesma coisa das escolas da cidade, houve certa discordância por parte dos profissionais, pois os mesmos achavam que ensinar no assentamento exige mais preparo e respeito aos fundamentos defendidos pelos assentados, uma vez que tudo que eles conseguiram foi por meio de luta; logo, a educação no assentamento tem como característica trabalhar a realidade imediata dos sujeitos, pela importância do conhecimento na conquista da autonomia. A respeito da luta dos Sem Terra, os educadores responderam:

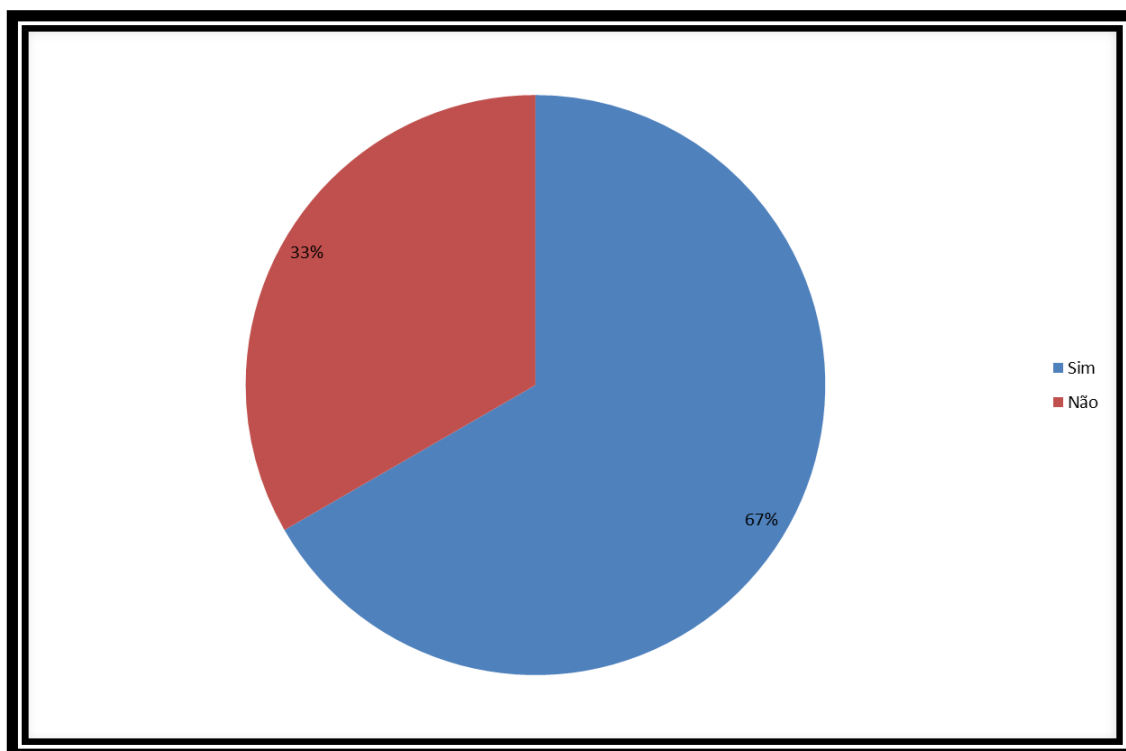
- Acho uma luta justa, já que os mesmos estão apenas em busca por melhores condições para poderem sobreviver, junto com suas famílias (L. C. V. Pesquisa de campo, 2015).

- Acredito ser mais que necessário essa luta dos Sem Terra, porque você ver que tudo que eles conseguem é por meio de reivindicações, um exemplo bem claro disso é um assentamento desses com uma escola desse porte, fruto de luta dos mesmos (V. S. S. Pesquisa de campo, 2015).

- Se toda a sociedade tivesse vontade de lutar por seus direitos, teríamos um país melhor; por isso admiro a força de vontade dos assentados em lutar, mesmo sendo reprimidos de diversas formas (A. T. P. Pesquisa de campo, 2015).

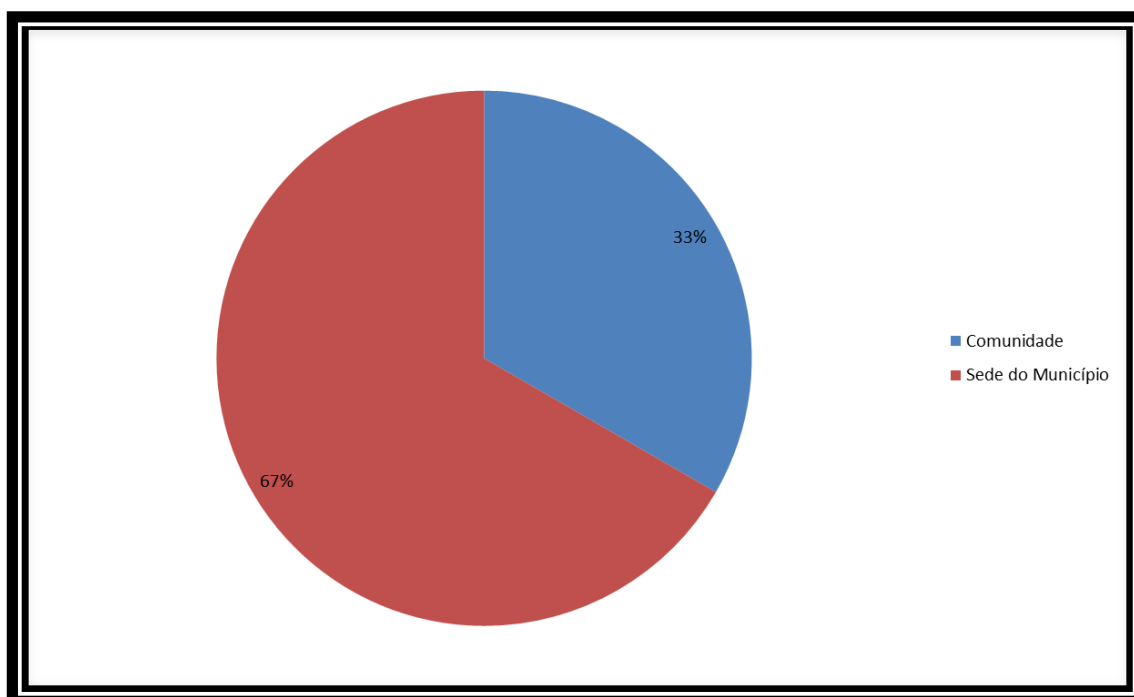
Os gráficos que seguem ilustram os conhecimentos dos profissionais do assentamento sobre o programa agrário de Educação e a origem dos professores.

**Gráfico 01: Conhecimento dos Educadores sobre os Programas de Educação da Reforma Agrária**



Fonte: Pesquisa de Campo (2015), elaborado pelo Autor.

**Gráfico 02: Origem dos Professores do Assentamento**



Fonte: Pesquisa de Campo (2015), elaborado pelo Autor.

Diante de tais dados e do contexto observado durante a pesquisa, é plausível afirmar que a educação nos assentamentos, e em especial o ensino oferecido pelas demais escolas regulares do Município, é diferente daquela proposta pelo PRONERA, uma vez que, dentro dos assentamentos, a educação deve corresponder aos anseios da comunidade, mesmo os profissionais não sendo da própria comunidade.

Assim, o modelo de educação proposto pelos acampados e assentados como libertadora, caminha para o que Mészáros (2007) relata a respeito de uma educação que vá além do capital. Nesse sentido, os componentes curriculares, em especial a Geografia, deve ter como base a vivência dos que moram no campo.

Para entendermos a Geografia ensinada no campo, primeiramente, inicia-se com as palavras de Ferreira (2013), a seguir:

A educação do campo é aquela que enfrenta o êxodo rural e que entra na luta pela qualidade de vida dos camponeses em seu próprio espaço. Uma educação que prepara os camponeses a produzir alimentos saudáveis sem necessidade do uso de agrotóxicos. Uma educação que ajuda os camponeses na preservação do meio ambiente, produzindo de forma sustentável, ao contrário do que acontece com o agronegócio, que incentiva a educação como forma de preparação de força de trabalho para o mercado capitalista e a transmissão de conhecimentos científicos voltados especificamente para maiores e melhores produções, na obtenção de lucros fáceis e rápidos, tudo isso à custa da pobreza da maioria da população, e da depredação do meio ambiente, sem se pensar na questão da sustentabilidade (p. 80).

Seguindo a linha de raciocínio anterior, a Geografia a ser ensinada no campo, bem como na cidade, deve ser aquela que ultrapassa os livros didáticos; porém, será aqui mencionada a do campo. Assim, é visível nos livros didáticos uma centralidade da cidade como superior ao campo. Os educadores devem ter o máximo cuidado ao utilizar o que se tem nos livros e, ao mesmo tempo, não se distanciarem daquilo proposto aos educandos. Para isso, é necessária uma transposição didática, que faça uma relação com a realidade vivenciada pelos alunos do campo, e que não se encontra nos livros.

É relevante mencionar que não se pode negar que, na sociedade em que vivemos, os profissionais da educação, ou seja, os professores, dispõem de pouca autonomia diante de decisões sobre o que ensinar, como ensinar e para quem ensinar.

Mesmo sabendo da falta de autonomia dada aos educadores, eles devem ter consciência de que é preciso lutar pelo que lhes é dado por direito e, ao mesmo tempo, lhes é negado. Destaca-se que existem disciplinas específicas ao estudo do campo, como é o caso da Geografia Agrária, que muito se volta aos problemas dos que vivem no campo, bem como a disciplina Movimentos Sociais, em alguns cursos de graduação.

Logo, como ênfase ao exposto anteriormente, é que será relatada abaixo a importância da disciplina Educação e Movimentos Sociais, bem como a Geografia Agrária, que são disciplinas voltadas para o estudo do campo. As falas a seguir são fruto de entrevistas nos cursos de Pedagogia e Geografia da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina-PE, sobre as seguintes questões:

Qual a importância da disciplina Educação Popular e Movimentos Sociais para sua formação?

- Saber como se deram os processos de formação dos movimentos sociais e, de que forma eles contribuíram e ainda contribuem para os movimentos atuais. Além disso, possibilitou o conhecimento a respeito de algo de que apenas ouvia falar, mas não conhecia efetivamente. E posteriormente servirá para me ajudar não apenas na sala de aula, como também no meu exercício como cidadão (J.A.P.S. Pesquisa de campo, 2015).

- Orienta a entender a razão da existência social, bem como desmistificar a doutrina vivenciada nesses movimentos. Permite entender a participação do sujeito na sociedade e a sua formação como indivíduo-cidadão (R.C.D. Pesquisa de campo, 2015).

Qual a importância da disciplina Geografia Agrária para sua formação?

- Estudar Geografia Agrária traz mais transparência dentro dos espaços sociais, dentro do campo e da cidade, fazendo uma dinâmica de trabalho entre os ambientes sociais, culturais, políticos e econômicos (S.A.S. Pesquisa de campo, 2015).

- A vantagem que temos em Geografia é que estudamos tudo o que acontece no espaço geográfico. A disciplina de Geografia Agrária é de muita importância para nossa formação docente, pois ela nos remete a compreender as transformações que ocorrem no campo brasileiro, desde a luta pela terra, como também a busca incessante dos movimentos sociais, em que podemos citar o MST – Movimento Sem Terra, que até os dias atuais sonha com a reforma agrária e uma melhor distribuição das terras (L.A.P. Pesquisa de campo, 2015).

- A disciplina é de suma importância. Ela constitui-se em um divisor de águas na formação dos discentes do curso, pois é a partir da disciplina que você começa a entender todo o espaço agrário mundial e brasileiro, a importância dos movimentos sociais. Nesse sentido, passamos a entender o estado e seu papel nessa relação (R.S.L. Pesquisa de campo, 2015).

- A disciplina é importante por nos proporcionar uma outra visão dos problemas sociais envolvendo a agricultura, e, principalmente, a luta por terras e a atuação dos governantes diante destes problemas que são o tempo todo ignorados pela mídia, e que a maioria das pessoas desconhecem (F.S.G. Pesquisa de campo, 2015).

As disciplinas citadas anteriormente também estão presentes nos livros didáticos de formas não muito visíveis, quando analisadas do ponto de vista natural proposto pelo capitalismo. O que cabe, neste momento, é uma visão crítica sobre o que se encontra escrito nos livros. Daí a importância de se aprofundar em leituras fora do habitual. Logo, a geografia

proposta em especial para o campo, foco da pesquisa, é aquela relatada por Pontuschka (2007), que se expressa sobre o fazer docente:

[...] sua prática pedagógica requer de si reflexão, crítica e constante criação e recriação do conhecimento e das metodologias de ensino, o que pressupõe uma atividade de investigação permanente que necessita ser apreendida e valorizada. [...] além de dominar conteúdos, é importante que o professor desenvolva a capacidade de utilizá-los como instrumentos para desvendar e compreender a realidade do mundo, dando sentido e significado à aprendizagem (p. 95-97).

Muitos dos educadores não têm o hábito de agirem de forma crítica sobre o que lecionam que, por sua vez, acaba por ser um grande erro. Devido à falta dessa criticidade, os educandos acabam por achar naturais diversos problemas que ocorrem na sociedade atual e que excluem os pobres da cidade e do campo de qualquer melhoria em suas vidas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O papel da Universidade, especialmente os cursos que trabalham componentes curriculares voltados para análise das relações que se estabelecem no campo, nesse caso, aqueles que foram prioritários à pesquisa, como Geografia Agrária, deve ser o de cumprir o desafio, de acordo com Wizniewsky, 2013:

O professor de Geografia possui um duplo desafio: o primeiro, no ato de educar os sujeitos do campo, centrado na construção do conhecimento, sendo a Geografia um elo de caráter integrador no processo interdisciplinar. O segundo, promovendo a significação do lugar, sem, no entanto, perder a relação com o global (p. 160).

Nesse pensamento, tanto os cursos de Geografia, Pedagogia ou outros, devem contribuir com uma melhor educação, visto que, na graduação, como mostrado no trabalho, a Geografia Agrária, a Educação Popular e os Movimentos Sociais devem valorizar o campo como um espaço que tem seu próprio modelo e não há um a ser ditado pela cidade.

Fazendo uma análise da importância da escola do campo, com ênfase ao conceito de território, Wizniewsky (2013) continua a explicar que o campo não é atraso, é história vivida, e a escola do campo deve ser pensada para que também seja viva, e que interaja com o lugar e seus sujeitos.

Para Camacho (2011), os profissionais de Geografia devem estar atentos para ensinar aos educandos a partir da realidade dos mesmos, para que haja uma construção de um ensino crítico, e, via de regra, essa realidade muda a depender do local em que esta escola esteja, ou



seja, se ela está no campo, deve ser ensinada a partir do que os educandos vivenciam e essa é a grande luta dos movimentos camponeses.

Nas escolas atuais, é muito visível o ensino de uma Geografia pautada nos ideais capitalistas, mostrando uma realidade que nada tem a ver com a presenciada pelos educandos no seu dia a dia. Logo, cabe aos educadores buscar metodologias que se apliquem a uma educação que possa, sim, contribuir para que o aluno se reconheça enquanto Sem Terra.

De acordo com Camacho (2011):

O professor crítico estabelece um diálogo entre o conhecimento científico acadêmico e o conhecimento trazido pelo aluno à sala de aula. Nessa perspectiva, uma das funções do educador é fazer o aluno refletir sobre sua realidade, permitindo que sua curiosidade seja parte integrante do processo educativo. Por isso, a memorização de conceitos fragmentados, não permite que o educando reflita acerca de sua realidade. Comprometendo deste modo a aprendizagem da geografia de maneira crítica (p. 29).

Conforme Shanin (2008), não temos que ensinar os camponeses como viver; nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida, e um dos maiores problemas atuais, e em que todos se encontram envolvidos, é com uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Maura Pereira dos. **Experiência de formação de professores no PRONERA Sudeste do Pará.** (Dissertação Mestrado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas, Belém, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A Geografia no Contexto da Educação do Campo: Construindo o Conhecimento Geográfico com os Movimentos Camponeses.** Revista Percurso – NEMO, Maringá, v. 3, n. 2, p. 25- 40, 2011.

CAMINI, Isabela. **Escola itinerante: na fronteira de uma nova escola.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. **A educação do movimento dos sem-terra.** Revista Brasileira de Educação. n. 26. Maio /Jun /Jul /Ago, 2004.

FERREIRA, Eliane da Silva. Educação do Campo para o Campo: perspectiva para formação étnica da juventude indígena de Cabrobó-PE na construção de sua autonomia. In: **Escola do campo: espaço de vida e de trabalho – a educação rompendo paradigmas**. Lucia Marisy de Souza Ribeiro Oliveira; Fulvio Torres Flores (Orgs.). 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013.

FIRMIANO, Frederico Daia. **A formação das novas gerações do MST e o curso médio técnico em agroecologia, em Ribeirão Preto - SP**. Revista Segurança Urbana e Juventude, Araraquara, v. 2, n. 1 e 2, São Paulo, 2009.

HOLANDA, Maria Iolanda Maia. **A construção da identidade coletiva dos Sem-Terra: um estudo a partir do cotidiano dos alunos do PRONERA**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOLINA, Mônica Castanha; JESUS, Sônia Meire. **Por uma educação do campo**. v. 5. Brasília. Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

MORAIS, Lorena R. de Alencar S. de; GONÇALVES, Marli Clementino. **O Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – RONERA como Perspectiva de Melhor Qualidade de Vida no Campo**. Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <[http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade\\_2datahora\\_22\\_05\\_2014\\_12\\_35\\_42\\_idinscrito\\_1218\\_0d4030b2bad1a41bff4159894dfdd7d8.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidade_2datahora_22_05_2014_12_35_42_idinscrito_1218_0d4030b2bad1a41bff4159894dfdd7d8.pdf)> Acesso em: 23 jun. 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Proposta de Curso Médio Técnico Integrado à Agroecologia para famílias assentadas na Reforma Agrária**. Ribeirão Preto, São Paulo, 2008.

I CENSO DA REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL; **relatório final**. Brasília, DF: UnB, 1997.

OLIVEIRA, Maria Edilara Batista de. **Terra, trabalho e escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba**. João Pessoa, 2010.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib *et al.* A formação docente e o ensino superior. In: **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

PRONERA. **Manual de Operações**. Edição Revista e Atualizada. Aprovado pela Portaria/INCRA. Nº 282. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. **Manual de Operações**. Edição Revista e Atualizada. Aprovado pela Portaria/INCRA. Nº 282. Brasília, 2004.

SANTOS, Rejane Cristina de Abreu. PASINI, Isabela Leão Ponce. **A experiência do PRONERA no assentamento Paz na Terra: considerações sobre a educação do campo e a relação campo-cidade**. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Rejane%20Cristina%20de%20Abreu%20Santos.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2015.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: **Campesinato e territórios em disputa**. Eliane Tomiasi Paulino; João Edimilson Frabrini (Orgs.). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, Edvaneide Barbosa da. **Práticas educativas dos assentados no sudoeste paulista: um olhar sobre o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2001.

VIEIRA, Marcia Aparecida Lima. **PRONERA: Vivências e desafios da educação de jovens e adultos nos assentamentos**. Universidade Metodista de Piracicaba.

Disponível em:

<[http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE\\_2513.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_2513.pdf)> Acesso em: 23 jun. 2015.

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. O professor de Geografia na construção da educação do campo a partir da significação do lugar. In: **Expressões de re-territorialização do campo brasileiro**. Rosa Maria Vieira Medeiros; Ivanira Falcade (Orgs.). Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013.